



Coordenação-Geral de Comunicação Social
Clipping 191/19 – quinta-feira, 14 de março

Jornal do Commercio

Capa – 03

Capa – 04

Coluna Follow-Up Empresarial: Os buracos do Distrito e poder da Justiça – 05

Empresas questionam tributação no PIM – 06

Bancada amazonense busca força em Brasília – 07



Indústria questiona cobrança de impostos

Um imposto municipal incidente sobre contratos de P&D – hoje P&DI (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação) é apontado como mais um gargalo que ameaça a competitividade

das empresas instaladas no PIM (Polo Industrial de Manaus). Em vigor desde janeiro de 2018, o tributo recolhe 5% de todos os negócios envolvendo a criação de novas tecnologias que serão agregadas a futuros produtos,

mas alguns segmentos da indústria questionam essa taxa. A prefeitura alega, porém, que a tributação incide somente em prestação de serviços. No entanto, há os que discordam da legalidade dessa cobrança e até

de sua real finalidade. O economista Ailson Resende, avalia que nessa época de ‘vacas magras’ a prefeitura não mede esforços na criação de taxas em busca de recursos para cobrir uma aguda insolvência financeira.

Página A5

Bancada amazonense busca ampliar força em Brasília

A bancada amazonense no Congresso está buscando ganhar mais força nas duas Casas Legislativas para fazer valer os pleitos do Estado, com destaque para a defesa da ZFM (Zona Franca de Manaus) em particular. Nesta quarta (13), pelo menos dois dos depu-

tados federais do Amazonas foram alçados ao comando de comissões importantes da Câmara e outro estava praticamente confirmado. Bosco Saraiva (Solidariedade-AM) foi eleito para a presidência da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara.

Página A8



Chegou a hora da obrigação de fazer. Há mais de dois anos, a justiça federal determinou que a Prefeitura de Manaus executasse a obra de recuperação das vias do Polo Industrial de Manaus. Este exemplo urbano é, hoje, o mais prejudicial ao interesse público. Abandonar as vias públicas e equipamentos urbanos das ruas do Polo Industrial de Manaus, de onde emana a geração de 80% de nossa economia, resulta em danos de toda ordem e em todas as direções. Se compete, pois, à Prefeitura Municipal de Manaus a tarefa de recuperar essas vias, podemos inferir que, a despeito de seguidas justificativas prestadas pela instituição municipal, há débitos na Justiça e eles devem ser elucidados.

Estado e União devem contribuir

Vamos aos detalhes da determinação: "Tem-se que a

legislação sobre o parcelamento do solo, inclusive aquela vigente na época da criação dos Distritos Industriais, previa que os logradouros, espaços e equipamentos públicos se tornariam domínio do Município, sendo, portanto, deste ente a competência e responsabilidade pela gestão, fiscalização e manutenção dos logradouros, especialmente do sistema viário e dos bens públicos existentes nos Bairros Distrito Industrial I e Distrito Industrial II da cidade de Manaus". A obrigatoriedade da Prefeitura decorre de uma sentença judicial. Isso não significa, porém, que os demais entes federativos devam lavar as mãos. Pelo contrário, espera-se que Estado e União, aquinhoados por generosas contribuições das empresas ali atuantes, emprestem, se for o caso, o efetivo apoio à Prefeitura de Manaus. Ora, devemos lembrar a respeito que a

Suframa já disponibilizou R\$ 152 milhões para a tarefa. Essa verba é uma migalha diante da dinheirama que Manaus recolheu para União nos últimos 10 anos, pelo menos 50% do total de todos os impostos federais da Região Norte.

O Polo Industrial e o Encontro das Águas

Quando o poder público se omite no respeito aos direitos das empresas, os resultados são perdas imediatas na produtividade e na redução na planilha de custos, além do desemprego, violência, desequilíbrio social. Ademais, o fato de termos uma planta industrial no coração da floresta amazônica, sob as luzes, o fascínio e a beleza do Encontro das Águas, demandaria transformar esta planta num brinco industrial e de relevante atração turística. Basta soltar a imaginação para descrever essa planta industrial, urbani-

Os buracos do Distrito e o poder da Justiça

zadas pela vegetação tropical, com exuberantes acácias, elegantes flamboyants, luminosos paus-d'arco, os ipês da floresta, e as multicoloridas primaveras que os franceses chamavam de bouganville. Se os buracos estão na fila de espera, por que não tirar simultaneamente do papel o projeto de Oscar Niemayer do Memorial Encontro das Águas.

Recuperar o PIM é recolocar em pé a ZFM

Algumas empresas alegam o prejuízo de 9% nos custos de produtividade e logística. Recuperar as vias esburacadas representa maior segurança de trânsito – já morreram mais de 3 pessoas por conta de acidentes na buraqueira. Revitalização do PIM é ainda sinônimo de novos investimentos, isto é, atração de novas empresas interessadas em vender a própria imagem associada à proteção florestal. Algumas

indústrias já incluem em sua imagem sua atuação singular de quem produz economia de olho na sustentabilidade socioambiental. A indústria recolhe anualmente para o Estado R\$1 bilhão para Turismo e Interiorização do Desenvolvimento, o que impede usar um naco dessa fortuna para engrossar o caldo da revitalização. Basta o Estado doar ao mundo um atrativo único de um polo industrial contemplado pelo glamour dessa paisagem bucólica do Encontro das Águas, onde o Rio Negro namora quilômetros esquecidos seu esplendor com a placidez exótica do Rio Solimões na poesia amorosa de onde nasce o beleza transcendental do Rio Amazonas?

Essa novela vai ter fim

Já foi feito o mapeamento dos atores que promovem a suspensão da obra em nome de um legalismo estéril. Ora, se há indícios de pessoas ou

entidades a quem interessa o conflito interminável, a hora é do esclarecimento e da punição exemplar dos responsáveis. Levando em conta as manifestações do novo titular da Suframa, coronel Alfredo Meneses, a obra será feita sob cuidadosa e rigorosa fiscalização, para que a Prefeitura possa receber pelo serviço e a novela tenha um desfecho coerente e inteligente. A notícia fez renovar as expectativas de empresas e entidades de trabalhadores e empreendedores de se chegar ao fim deste pesadelo. Já temos a Lei, a decisão política e administrativa, os recursos necessários e suficientes para a obrigação de fazer. Certamente levar a cabo essa tarefa – um compromisso além de jurídico declaradamente ético e moral – nos autoriza a imaginar que nem tudo está perdido e que temos razão para crer nas instituições do Estado de Direito.

*esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do CIEAM. Editor responsável: Alfredo MR Lopes. cieam@cieam.com.br



Imposto municipal incidente em P&DI desde 2018 tira competitividade do PIM, segundo empresários

Empresas questionam tributação no PIM

MARCELO PERES
redacao@jcam.com.br

Um imposto municipal incidente sobre contratos de P&D – hoje P&DI (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação) é apontado como mais um gargalo que ameaça a competitividade das empresas instaladas no PIM (Polo Industrial de Manaus). Em vigor desde janeiro de 2018, o tributo recolhe 5% de todos os negócios envolvendo a criação de novas tecnologias que serão agregadas a futuros produtos, mas alguns segmentos da indústria questionam essa taxação. A prefeitura alega, porém, que a tributação incide somente em prestação de serviços. No entanto, há os que discordam da legalidade dessa cobrança e até de sua real finalidade.

O mal-estar causado pela incidência do imposto em atividades de P&DI ficou muito bem evidente durante uma visita de representantes da Flex ao atual superintendente da Suframa, Alfredo Menezes, em 28 de fevereiro deste ano. Diretores da empresa foram à autarquia anunciar a reabertura da fábrica

em Manaus para produção de televisores com tela de LCD em parceria com uma multinacional player do setor. A nova unidade (na avenida Torquato Tapajós) deve começar a operar em junho com uma previsão de geração de mais de 400 novos empregos no Estado. Na ocasião, os executivos manifestaram sua contrariedade com a criação do imposto municipal, segundo release divulgado pela própria superintendência.

“No nosso entendimento, a taxa não está sendo cobrada por serviços. A prefeitura está cobrando 5% dos convênios entre empresas e institutos de ciência e tecnologia, o que discordamos”, disparou o gerente de negócios da Flex, Ricardo Novelleto, durante o encontro no gabinete do superintendente da Suframa, que colocou a equipe técnica da autarquia para avaliar as demandas da empresa. “Estamos aqui para ajudar vocês a cumprir seus objetivos e para facilitar a criação de emprego e renda”, disse o coronel, à época.

Consultada na terça-feira (12), a coordenadora-geral de Comunicação Social da Suframa, Karlla Marinho, informou que a Suframa ainda avalia o caso e que

o superintendente não poderia falar porque cumpria agenda em Brasília. “A demanda exige maior tempo para análise”, disse. A assessoria da Prefeitura de Manaus também informou que se pronunciaria sobre o assunto posteriormente, ressaltando a legalidade do tributo incidente apenas “na prestação de serviços como em qualquer outra atividade comercial e industrial”.

Para o presidente em exercício da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Nelson Azevedo, somar mais impostos a outros já existentes nas operações das empresas do PIM seria afugentar novos investimentos, comprometendo a competitividade dos produtos no Amazonas. “Descobrimos a existência desse imposto e de sua real finalidade, mas asseguro que nenhuma empresa quer pagar mais tributos, senão



Institutos de pesquisa desenvolvem contratos para realização de projetos de P&D no PIM

compromete enormemente seus negócios”, avalia o empresário. “Isso impacta diretamente na competição dos produtos diante de uma acirrada concorrência como a de hoje no mercado”.

O economista Ailson Resende, um estudioso do modelo Zona Franca, avalia que nessa época de ‘vacas magras’ a prefeitura não mede esforços na criação de taxas em busca de recursos para cobrir uma aguda insolvência financeira. Ele foi mais ácido em sua apreciação. “Com certeza, nosso prefeito está pressionando os empresários para aumentar a receita do município”, frisa.

Prefeitura alega que 5% recolhidos em contratos de pesquisas tecnológicas são por prestação de serviços

O presidente do Sindgraf-AM (Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Amazonas), Roberto Caminha, avalia também que a sobretaxa nas operações de empresas da ZFM dificulta ainda mais a competitividade dos produtos. Ele diz, porém, acreditar que a nova gestão da Suframa deve promover uma reorganização para não sobrecarregar tanto a indústria. “A nova Suframa promete sanear todos esses problemas. Vamos

dar o nosso apoio”, diz.

Investimentos

Até 2017, os recursos em P&DI totalizaram R\$ 1 bilhão, segundo dados divulgados pela então Superintendência Adjunta de Desenvolvimento Regional na gestão anterior da Suframa durante um encontro com empresários e políticos na Fieam, em dezembro de 2018. Os recursos são originários dos 5% que cada empresa produtora de bens e serviços de informática é obrigada a recolher para continuar operando no parque industrial de Manaus, como determina a legislação.

Para expertises, o Amazonas tem tudo para desenvolver uma tecnologia de ponta e de vanguarda se forem levados em consideração os recursos destinados hoje para investimentos em pesquisas, desenvolvimento e inovação. Uma das exigências é que 80% desses investimentos devem ser empregados dentro das áreas de atuação da Amazônia Ocidental (composta pelos Estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia) e ainda pelo Amapá, regiões beneficiadas pelos incentivos fiscais. Apenas 20% devem ser operacionalizados em áreas externas, desde que as medidas recebam o sinal verde do governo federal.

“Senão houver inovação, com certeza os produtos fabricados no polo de Manaus vão perder cada vez mais competitividade”,

diz o economista Ailson Resende, principalmente agora com o advento da indústria 4.0 (a quarta revolução industrial), onde a produção será praticamente toda automatizada e com tecnologia inteligente. Além de se mover, os itens poderão falar, interagir e terão até cognição para trocar ideias e impressões com os humanos. “Quem não acompanhar essa evolução, vai ficar para trás”, acrescenta o consultor.

Resende diz que anos atrás (não faz muito tempo) a ZFM chegou a ser uma referência para o mundo em termos de desenvolvimento de novas tecnologias. Ele cita o exemplo da indústria da Moto Honda que produzia mais que a fábrica do Japão, exportando peças e componentes para os grandes centros de produção e de consumo no mercado internacional. “Daí a importância de que as empresas de Manaus devam se reinventar para acompanhar essa evolução tecnológica”, acrescenta.

No ano passado, foi desenvolvido um drone no Amazonas com recursos em P&DI, mas o novo produto teve que ser fabricado em outro Estado por falta da existência de um PPB (Processo Produtivo Básico), que é a condição mínima estabelecida pela legislação para a produção e efetiva industrialização de um novo item, disse um ex-dirigente de uma das superintendências adjuntas da Suframa.

www.jcam.com.br

Parlamentares que representam o Estado procuram marcar presença em comissões importantes para a região

MARCO DASSORI
redacao@jcam.com.br

A bancada amazonense no Congresso está buscando ganhar mais força nas duas casas legislativas para fazer valer os pleitos do Estado, com destaque para a defesa da ZFM (Zona Franca de Manaus) em particular. Nesta quarta (13), pelo menos dois dos deputados federais do Amazonas foram alçados ao comando de comissões importantes da Câmara e outro estava praticamente confirmado.

Bosco Saraiva (Solidariedade-AM) foi eleito para a presidência da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara. Alberto Neto (PRB-AM) foi escolhido como membro titular das comissões Integrada Nacional e Desenvolvimento Regional e Amazônia e da Segurança Pública da Câmara Federal.

Silas Câmara (PRB-AM), por sua vez, foi confirmado para presidir a Comissão de Minas e Energia da Câmara em reunião ocorrida ontem. As articulações dos parlamentares neste início de legislatura giram em torno das comissões permanentes, pois é através destas que os deputados ganham força para aprovar projetos de lei. Mas, as escolhas referendadas ontem na Câmara dos Deputados também refor-

Bancada amazonense busca força em Brasília

çam proporcionalmente o poderio político do Estado, que possui poucos representantes no parlamento.

Um primeiro passo nesse sentido foi dado em fevereiro, quando os senadores Omar Aziz (PSD-AM) e Plínio Valério (PSDB-AM) foram eleitos para a presidência e vice-presidência da CAE (Comissão de Assuntos

Econômicos) do Senado, respectivamente. Trata-se de uma comissão estratégica para garantir os interesses da Zona Franca de Manaus.

Em sintonia com essa estratégia, durante reunião ocorrida nesta

quarta-feira, com o titular da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), Alfredo Menezes, a bancada do Amazonas decidiu, por unanimidade, elaborar uma pauta embasada em três pilares para ser discutida com o governo federal.

Um deles é a volta da decisão dos PPBs (Processos Produtivos Básicos) para o âmbito do Conselho de Administração da Suframa.



Representantes do Amazonas na Câmara lutam por mais destaque em Brasília

ma. Outro ponto a ser defendido é o descontingenciamento dos recursos arrecadados a partir das taxas cobradas da Suframa, e que vão para Brasília, no lugar de beneficiar os Estados abrangidos pela autarquia - Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá. Outra bandeira a ser defendida pelos parlamentares é a segurança jurídica para o modelo ZFM.

O deputado federal Bosco

Saraiva assumiu ontem, em Brasília, a presidência da CDEICS (Comissão de Desenvolvimento Econômico) da Câmara. O parlamentar é o segundo amazonense a presidir a comissão - depois de Pauderney Avelino (DEM-AM), em 1995. A função é considerada por ele como importante e estratégica.

O deputado avalia que uma das principais ações da pasta para o Amazonas, será a blindagem às ameaças sofridas pela ZFM. "A CDEICS está para a Câmara, assim como a Comissão de Assuntos Econômicos está para o Senado, em função da Zona Franca. Isso significa dizer, que teremos o controle de qualquer ameaça à ZFM que chegue ao Congresso Nacional", destacou o deputado.

Saraiva está em seu primeiro mandato como deputado federal. Antes de entrar na vida pública, atuou na militância estudantil e foi sindicalista. Depois, foi vereador da capital amazonense por quatro mandatos, deputado estadual, vice-prefeito de Manaus, entre outros cargos de destaque.

Saraiva também foi secretário de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e seria membro titular da Cindra (Comissão Integrada Nacional e Desenvolvimento Regional e Amazônia) da Câmara veio na manhã de ontem, quando as lideranças partidárias divulgaram os nomes dos deputados que irão compor as 25 comissões permanentes da casa.

Segurança pública

O anúncio de que o deputado federal Capitão Alberto Neto (PRB/AM) comandaria a CSPCCO (Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado) e seria membro titular da Cindra (Comissão Integrada Nacional e Desenvolvimento Regional e Amazônia) da Câmara veio na manhã de ontem, quando as lideranças partidárias divulgaram os nomes dos deputados que irão compor as 25 comissões permanentes da casa.

"A importância de termos um parlamentar na Cindra é que, através da comissão, vamos ter mais força para aprovar projetos que tragam desenvolvimento para o Amazonas. E o mais importante: desenvolver sem destruir nossa floresta", destacou o deputado.

Novato na política, Alberto Neto foi eleito com a bandeira de fortalecer a segurança pública. Para o deputado, ser o titular de uma das mais disputadas comissões em um momento de mudanças no país vai ajudá-lo a ter mais autonomia na casa para defender seus eleitores.

"Hoje, o cidadão de bem vive aprisionado em sua casa e os bandidos estão soltos nas ruas. Precisamos mudar essa realidade. Como deputado federal, que luto em favor da segurança pública, tenho obrigação de resguardá-los e tentar mudar este cenário", arrematou.